

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Bonartim Class.: PUR 000 60

Data: Nov/Dez - 90 Pg.: 10

Resposta aos Pankararu

O Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco contesta as acusações feitas pelos Pankararu contra os invasores das terras que ocupam há séculos

“O Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, usando do Direito de Resposta que lhe faculta a Constituição Federal, artigo 5º, item V, e a Lei de Imprensa, nº 5.250, de 9-2-67, apresenta ao jornal “PORANTIM” para ser publicada na íntegra a matéria deste órgão, rebatendo a publicação intitulada “Pankararu — Conflitos que já duram 50 anos”, baseado no documento enviado pela “Comunidade Pankararu” a esse periódico e à Central Única dos Trabalhadores-CUT Nacional.

No documento remetido às entidades acima mencionadas os índios pankararu fazem menção e anexam cópia da “Moção de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Indígenas”, aprovada na Conferência Sindical latino Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa, em maio de 1987, inclusive pela CUT-Nacional, momento em que as lideranças presentes assim se manifestaram: “entendemos que a luta dos trabalhadores rurais e indígenas por seus legítimos e históricos direitos à vida e à terra, por condições dignas de produção e pela realização de uma ampla e profunda reforma agrária é parte integral da luta de nossos povos contra a dívida externa. Por outro lado, é na luta unitária dos trabalhadores latino-americanos e caribenhos que a luta dos trabalhadores rurais e indígenas brasileiros encontra o reforço indispensável”.

Concordamos com as idéias supra-expostas, por outro lado, observando a realidade dos últimos acontecimentos no País em relação ao movimento popular, sindical e político partidário, em que tenta-se atacar, desmoralizar e destruir a organização e mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos, estranhamos que, ao mesmo tempo em que se faz referência a decisões tão avançadas, se utilize táticas direitistas e mentirosas na tentativa de conseguir um objetivo, mesmo que a consequência possa ser a destruição do movimento social.

É com bastante clareza que este Pólo Sindical, através de suas lideranças, vem desenvolvendo um trabalho articulado com outras entidades sindicais, populares e de apoio à luta sindical e popular, tendo como objetivo a transformação da sociedade, ou seja, uma sociedade mais justa e fraterna, onde não existe exploradores e explorados, por dizer socialista.

Sabemos que o caminho para se chegar a essa sociedade que sonhamos é árduo, difícil e, muitas vezes, doloroso. E nesta luta em que os companheiros índios estão do mesmo lado em que nos posicionamos, sendo também alvo do massacre por parte da classe dominante e seus aliados, existe todo interesse e empenho, daqueles que não concordam com nossas idéias e luta, em provocar desentendimentos e conflitos, lançando calúnias e difamações em nosso meio. Procuramos, dessa forma, quebrar nossa unidade, reforçando a omissão do Governo brasileiro em relação à questão indígena e à reforma agrária. Agindo dessa maneira fornecemos elementos ao Governo brasileiro e à classe dominante para direcionar sua irresponsabilidade, incompetência, desinteresse e descompromisso no que

diz respeito à questões do campo e da cidade, em cima do movimento sindical e popular.

Temos consciência que o conflito entre posseiros e índios pankararu é um problema social que merece um tratamento especial, que não vai ser resolvido com práticas direitistas de formar opinião pública a partir de informações mentirosas e dados falsos como sempre foi o costume da Funai.

Repudiamos essa tática usada no documento assinado por quinze lideranças pankararu, porque ela adota um dogma nazista de que “a mentira repetida torna-se verdade”, afinal fazemos parte da esquerda e com a coerência desta opção devemos agir.

Nenhum membro componente desta direção é latifundiário, nem utilizamos práticas reacionárias de intimidações, ameaças ou contratação de pistoleiros. Estas acusações são tão absurdas, que insistimos, alimentar esse tipo de tática com a estratégia de expulsar os posseiros da área do conflito é uma visão paternalista equivocada destrutiva do movimento social. Da mesma forma querer levar uma luta isolada constitui um entrave para o avanço das lutas sociais.

Com o trabalho que estamos desenvolvendo neste Pólo Sindical estamos preparando sementes e alicerces para transformar a sociedade e, neste caminho, temos lucidez suficiente para identificar quem são realmente os nossos inimigos.

Refutamos veementemente as calúnias lançadas contra os companheiros Eraldo José de Souza, Vicente da Costa Coelho e Celso Pereira de Souza. E, reafirmamos, não vai ser com esse tipo de prática direitista que chegaremos a um entendimento.

1) Eraldo José de Souza tem sua inserção no movimento social desde 1978. Foi tesoureiro do STR de Petrolândia em duas gestões, 1981 e 1984, e secretário em 1987; Coordenador deste Pólo Sindical também em duas gestões, 1984 e 1987; Diretor Efetivo da CUT-PE em duas gestões, 1984 e 1987 e Secretário Rural da CUT-PE, em 1985; Diretor Efetivo da CUT-Nacional em quatro gestões, 1984, 1986, 1987 e 1988 (atualmente ainda em exercício); Vereador do Partido dos Trabalhadores, eleito em 15-11-1988; Presidente do Diretório Municipal do PT de Petrolândia-PE, eleito em 29-07-1990 e membro Efetivo do Diretório Regional do PT-PE, eleito em 2-9-1990. Fazemos a ressalva que no Estado de Pernambuco o Partido dos Trabalhadores tem quatro vereadores, sendo dois de Petrolândia. Como podemos ver tem uma tradição e história de luta em defesa da classe trabalhadora reconhecida e legitimada pelo povo oprimido tanto a nível sindical como a nível político partidário.

2) Vicente da Costa Coelho, nascido em 19-1-49, no local denominado Brejinho dos Correias, município de Tacaratu-PE, área atingida pelo decreto de reserva indígena pankararu, no entanto, saiu desta comunidade há mais de 20 anos. Entrou no movimento sindical em 1978 como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, tendo sido reeleito por três vezes.

Fez parte da diretoria da Fetape na gestão de 1984 e 1987. Fundador do Partido dos Trabalhadores no Município de Petrolândia-PE e candidato do partido ao cargo de prefeito em 1982, conseguindo aproximadamente 1000 votos, e em 1988, quando obteve 3.549 votos, faltando apenas uma diferença de 945 votos para ser eleito (ficou colocado em 3º lugar). Foi membro do Diretório Estadual do PT — gestão 87 a junho/90 — e candidato a vice-governador neste ano pelo Estado de Pernambuco. Foi um dos articuladores da fundação de novos sindicatos de trabalhadores rurais e da integração daqueles já existente na região do Sub-Médio São Francisco. Como resultado de seu trabalho e de outros companheiros temos hoje o Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco do qual é também um dos dirigentes.

3) Celso Pereira de Souza, ligado às causas populares desde os tempos da Faculdade de Direito. Advogado desde 1967, trabalhou na Frente Nacional dos Trabalhadores e Serviço Justiça e Não-Violência de São Paulo. Transferiu-se para Petrolândia-Pernambuco em 1981, trabalhando no Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, na assessoria dos Trabalhadores Rurais atingidos pela Barragem de Itaparica. Militante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH), representou o Nordeste nos últimos dois anos. Atualmente é advogado do Sinergia (Sindicato dos Eletricitários) em Paulo Afonso-BA e assessora a Diocese de Paulo Afonso, da qual é membro da Comissão Justiça e Paz.

O trabalho que estamos construindo há mais de 15 (quinze) anos, em prol dos interesses do povo massacrado do Sub-Médio São Francisco, não se limita à questão dos índios pankararu e pankararu, ele tem maior amplitude.

É do conhecimento das entidades que participam da Comissão Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens e do público em geral, o trabalho combativo, sério e conseqüente que estamos travando, desde 1976, e que já resultou na conquista do acordo de dezembro de 1986 e outras vitórias.

Como o acordo firmado em 1986 entre dirigentes do Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, CHESF e Ministério das Minas e Energia conseguimos dentre outras as seguintes vitórias para os trabalhadores rurais atingidos pela Barragem de Itaparica: área irrigada de 6 hectares, área, de sequeiro para criatório em todos os projetos, 25 ha para cada trabalhador, irrigação por aspersão, casas construídas e entregues a todos os reassentados nas agrovilas, estradas, escolas, melhor escolha de terras, desapropriação das terras para o reassentamento e justa indenização das áreas expropriadas dos trabalhadores rurais.

Nosso trabalho sempre foi e continuará sendo para organizar os trabalhadores na proteção dos seus direitos e legítimos interesses como cidadãos evitando, assim, sua marginalização.

Em nossa luta pelo reassentamento conseguimos reassentar 179 índios, além de outros que não estão identificados mas moram nas agrovilas dos Projetos.

A área do conflito entre índios pankararu e posseiros nunca foi invadida por pessoas atingidas pela construção da Barragem de Itaparica (hoje denominada Luiz Gonzaga), porque estes últimos, pequenos produtores, que lá residem têm posse centenária sob a região acima referida.

As 5.610 famílias rurais reassentadas pela mencionada obra foram assim distribuídas:

Nº de Reassentados = 5.586

— Borda do Lago — PE.....	1.109
— Borda do Lago — BA.....	106
— Borda do lago (Itaquatiara) — BA.....	106
— Borda do Lago — BA (Novo Araticum).....	108
— Projeto Jusante — BA.....	412
— Projeto Pedra Branca — BA.....	686
— Projeto Brígida — PE.....	463
— Projeto Caraíbas — PE.....	1.406
— Optantes piscigranjas (Belém S. Francisco) — PE.....	31
— Zona Urbana — Petrolândia — PE.....	225
— Zona Urbana Rodelas — BA.....	281
— Zona Urbana Itacuruba — PE.....	296
— Zona Urbana B. Tarrachil — BA.....	155
— Zona Urbana Índios Tuxa Rodelas — BA.....	82
— Grupo Ibotirama — BA.....	95
— Grupo Remanso — BA.....	40
— Grupo Inajá (deste total só dois são índios).....	09
Total.....	5.610

Achamos de fundamental importância que essa situação seja discutida de forma muito política e encaminhada junto com as entidades populares que até o momento têm acompanhado e conhecem nossos esforços para enfrentar essa dificuldade.

Por isso propomos:

- 1) Que essas entidades conheçam com profundidade a área do conflito;
- 2) Que, após esse conhecimento colaborem no encaminhamento de uma proposta concreta para a solução do problema.

Petrolândia (PE), 15 de outubro de 1990.

Assinam: Januário Moreira da Silva Neto (STR de Petrolândia — PE), José Soares Novaes (STR de Orocó — PE), Rivaldo Bedem da Silva (STR de Santa Maria da Boa Vista — PE), Nildo José da Silva (STR de Glória — BA), Maria Edileide Rodrigues Pereira (STR de Rodelas — BA), Ademar Fagundes Vieira (STR de Paulo Afonso — BA) e João Batista dos Santos (STR de Curaçá — BA).”